



PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA EBPESACF/02/2024

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

Enquadramento legal de acordo com o CCP..

2 - Objeto do Contrato

Aquisição de serviços de rondas, videovigilância e alarmes autorizado pelo Exmo Senhor Secretário Regional das Finanças por despacho de 22.03.2024..

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

4 - Prazo da execução do contrato

1095 Dias

5 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Escola Básica com Pré-Escolar de Santo António e Curral das Freiras, situada em Rua Quinta Josefina, 1, 9020-321 Funchal, com os números de telefone (+351) 291 709 390 e de fax e com o endereço eletrónico eb23santonio@edu.madeira.gov.pt

6 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Conselho Administrativo (FN) .

7 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Não

8 -

Previsão de renovações

Não

9 - Contrato adequado para PME

Não

10 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

11 - Critério

Será utilizado o critério do valor.

12 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos e artigo 4.º, n.º 1 do DLR n.º 34/2008/M, de 14.08 (DLR n.º 6/2018/M)

13 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

14 - Preço Base

O preço base fixado será de 18.495,72 euros.

15 - Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é Monofator.

Fator Preço

Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao(s) seguinte(s) critério(s):

1 - Formação .

16 - Negociação

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

17 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Documentos que constituem a proposta
 1. A proposta a apresentar deve conter os seguintes documentos:
 - a) Preço TOTAL em euros, não incluindo IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. No caso de existir divergências entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismo, prevalecerá sempre o preço indicado por extenso.
 - b) O valor do IVA deverá ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço total. No caso de este não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto.
 - c) o custo correspondente a cada serviço
 - d) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo em anexo I-M que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.
 - e) Cópia da Certidão Permanente do Registo Comercial do concorrente;
 - f) Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.
 - g) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.
 2. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelos concorrentes ou seus representantes e o seu carregamento e a respetiva submissão deverão ser assinados qualificadamente na plataforma pelos concorrentes ou seus representantes.

18 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º;

- Documentos de habilitação

1. Nos termos do artigo 81.º do CCP e no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, o adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação (por fax ou e-mail):

- a) Declaração do Anexo II-M do presente convite;
- b) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- e) Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- f) Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo n.º 10) e DMR;
- g) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- h) Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA;
- i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do Anexo III do presente convite (caso aplicável);
- j) Indicar licenças ou outros documentos, se exigível.

2. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);
- b) Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP.

3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

4. Caso os documentos de habilitação apresentados apresentem irregularidades a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis para suprimimento das irregularidades detetadas.

5. Em tudo o omissis aplica-se as disposições do D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adaptado à RAM pelo DLR n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, ambos na sua versão atual, e demais legislação em vigor.

20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 3 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

22 - Prazo para entrega da proposta

A data limite para a entrega das propostas é 2024-04-17, até às 15 horas.

23 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

24 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigação de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

25 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Conselho Administrativo (FN).

26 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.